

Sumário

Agradecimentos.....	7
Prefácio.....	9
Apresentação	11
Introdução	19
CAPÍTULO 1 - AS CONDIÇÕES POTESTATIVAS	31
1.1. A condição como declaração inexa ao negócio jurídico.....	31
1.1.1. A estrutura e a função da condição	32
1.1.2. A distinção entre condições casuais, potestativas e mistas.....	39
1.2. O suporte fático do art. 122, 2ª parte, do Código Civil	49
1.2.1. A distinção com direito potestativo	51
1.2.2. As modalidades de condição (suspensiva e resolutiva)	58
1.2.3. Sujeição ao arbítrio do credor ou ao arbítrio do devedor	67
1.3. Conclusões parciais	72
CAPÍTULO 2 - O REGIME JURÍDICO DAS CONDIÇÕES POTESTATIVAS PURAS	75
2.1. A vedação à condição potestativa pura atua no plano da existência ou no plano da validade do negócio jurídico?	75
2.1.1. Inexistência do negócio jurídico.....	76
2.1.2. Invalidade do negócio jurídico.....	80
2.2. A vicissitude fictícia da condição potestativa	88
2.2.1. A condição potestativa pura não se sujeita à vicissitude fictícia.....	89

2.2.2.	A condição potestativa impura sujeita-se à vicissitude fictícia.....	97
2.3.	Conclusões parciais.....	99
CAPÍTULO 3 - O EXAME DAS "CONDIÇÕES POTESTATIVAS" PELOS TRIBUNAIS.....		101
3.1.	Contratos bancários.....	102
3.1.1.	Taxa de juros em contratos de abertura de crédito.....	103
3.1.2.	Comissão de permanência.....	105
3.1.3.	Cláusula-mandato.....	109
3.2.	Planos de saúde.....	111
3.2.1.	Reajuste do prêmio devido à mudança de faixa etária.....	112
3.2.2.	Limitação à realização de procedimentos e/ou reembolso de despesas com materiais.....	113
3.2.3.	Direito de impedir a renovação contratual.....	114
3.3.	Fornecimento de energia elétrica.....	116
3.3.1.	Reembolso de despesas incorridas para a construção de rede elétrica.....	116
3.3.2.	Cobrança do "custo administrativo" para a apuração de consumo não registrado.....	117
3.4.	Seguros.....	118
3.5.	Locação.....	119
3.5.1.	Direito de extinção contratual pelo locatário.....	119
3.5.2.	Direito de renovação contratual pelo locatário.....	121
3.5.3.	Responsabilidade do fiador.....	127
3.5.4.	Estipulação de honorários advocatícios.....	130
3.6.	Agência.....	130
3.7.	Fornecimento.....	133
3.8.	Recuperação judicial.....	134
3.9.	Relações associativas.....	138

3.9.1. Exercício do direito de voto.....	138
3.9.2. Direito de compensação.....	140
3.9.3. Dividendo obrigatório.....	142
3.9.4. Subscrição de ações da Companhia Riograndense de Telecomunicações.....	143
3.10. Definição do índice de atualização monetária.....	144
3.11. Conclusões parciais.....	146
Conclusões	149
Apêndice – Pesquisa jurisprudencial	151
Referências Bibliográficas	187